



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Polícia Civil  
Subsecretaria de Gestão Administrativa

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. PROPOSITO

O presente Termo de Referência tem por objetivo descrever a aquisição de equipamento portátil de espectroscopia no infravermelho por transformada de Fourier (FTIR) para a identificação da composição química orgânica dos aglutinantes componentes das tintas de obras de arte, para atendimento da demanda do Instituto de Criminalística Carlos Éboli (ICCE), em conformidade com a Lei 14.133/21 (Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, que institui normas para licitações e Contratos da Administração Pública e dá outras providências), Decreto federal nº 11.462/2023, Instrução Normativa nº 58/2022 (Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares) e Instrução Normativa nº 81/2022 (Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR).

#### 1.1. Justificativa da contratação

O Serviço de Perícias de Merceologia e Jogos (SPMJ) do Instituto de Criminalística Carlos Éboli (ICCE), do Departamento Geral de Polícia Técnico-Científica (DGPTC), da Superintendência Geral de Polícia Técnico-Científica (SGPTC), da Secretaria de Estado de Polícia Civil (SEPOL) do Rio de Janeiro, realiza exames de autenticidade e avaliação pecuniária em bens de consumo de luxo (em conformidade ao artigo 172 do CPP), como metais nobres, gemas, joias, artefatos históricos, antiguidades e obras de arte, envolvidos em crimes de lavagem de dinheiro, estelionato, corrupção, violação de direitos autorais, danos sociais de alto vulto orquestrados pelo crime organizado e por facções criminosas, danos ao patrimônio entre outros, em conformidade à Estrutura Organizacional Básica da SEPOL (RIO DE JANEIRO, 2019).

É notória a utilização de obras de arte no cometimento do crime de lavagem do dinheiro obtido ilicitamente através dos tráficos de drogas, armas e seres humanos (SANCTIS, 2015,). Obras de arte também são utilizadas no financiamento ao terrorismo (ONU, 2015). Além disso, estes bens de consumo de luxo podem ser utilizados em diversas outras modalidades de crimes, como estelionato, evasão de divisas, corrupção e violação de direitos autorais. Ao analisar o mercado da arte, percebe-se que há uma série de fatores que o torna bastante atrativo para aqueles que desejam utilizá-lo para fins ilícitos: a confidencialidade que envolve o mercado; os elevados valores das transações; a falta de experiência dos agentes policiais em relação ao funcionamento do mercado e; a portabilidade, a facilidade que envolve o transporte e movimentação das obras (PERINO, 2020).

Percebe-se ainda, uma tendência de aumento desses crimes e, consequentemente, uma alavancagem da demanda do SPMJ, relacionada diretamente às facilidades tecnológicas, como por exemplo os leilões virtuais de objetos de arte (LUCENA, 2021). Para proceder a um exame pericial eficaz,

seria necessário conhecer a composição química das pinturas questionadas. Essa metodologia é eficiente, uma vez que é muito comum um dado artista ao longo de sua carreira selecionar um conjunto de materiais, que serão utilizados, durante certo período artístico. Além disso, é comum no processo criativo da obra, o artista realizar específicas misturas de pigmentos e aglutinantes, para atingir certas tonalidades de cores. Esse conjunto de materiais e métodos de preparação das tintas, empregados pelo artista, acabam se tornando padrões, repetidos em diferentes obras, que levam em consideração a escola de formação do pintor e desenvolvimento de sua técnica e estilo, transformando sua paleta em um perfil químico, que dificilmente pode ser reproduzido com exatidão.

Logo, a caracterização da matriz química inorgânica e orgânica presente em uma obra de arte, pode ser empregada como uma metodologia de exame forense. Sendo necessário, comparar os resultados da matriz química da tela suspeita com uma autêntica do mesmo autor e de período próximo (THAUMATURGO, 2021). Atualmente (dezembro/2024) o SPMJ possui uma demanda para elaboração de perícias em 12 pinturas atribuídas a diferentes artistas, envolvidas em crimes de lavagem de dinheiro, estelionato e violação de direitos autorais, oriundas das UPAJs: DCOD, 10ª DP, DGCOR-LD. Vale ressaltar que, para cada tela questionada, é necessário examinar o maior número de padrões autênticos para confronto de dados. Dessa forma, cada uma das telas gera uma série de exames em telas autênticas existentes em museus ou galerias, alavancando ainda mais a quantidade de testes.

É importante ressaltar que o ICCE possui 09 (nove) Peritos Criminais capacitados e certificados em Curso de Extensão teórico e prático de utilização da técnica de espectroscopia no infravermelho por transformada de Fourier (FTIR) aplicada às análises em obras de arte. Três desses Peritos estão atualmente lotados no SPMJ. Essa capacitação foi realizada ao longo do ano de 2021 nas dependências do Laboratório de Instrumentação e Simulação Computacional do Instituto Federal do Rio de Janeiro, campus Paracambi (IFRJ-Paracambi).

Em parceria com o IFRJ os Peritos Criminais lotados no SPMJ desenvolveram trabalhos analisando obras de arte acauteladas no SPMJ. Os resultados podem ser apreciados em trabalhos apresentados em reuniões científicas e publicados em periódicos científicos e revistas de divulgação científica (THAUMATURGO, 2021a, 2021b, 2022a, 2022b, 2022c; SOUZA, 2022; DE FREITAS, 2022).

Por fim, é importante salientar que o equipamento de FTIR não demanda nenhuma infraestrutura específica para sua instalação, isto é, não gera gastos adicionais para efetivamente ser colocado em funcionamento. Suas necessidades são apenas uma mesa para apoio e uma tomada de 110 ou 220 volts. Além disso, suas manutenções/revisões periódicas são realizadas no próprio local de funcionamento por técnico visitante, sem necessidade de retirada de peças ou envio do equipamento para outro estado ou país, visto que, as empresas fornecedoras possuem planta de produção no Brasil.

## **1.2. Instrumentos de planejamento**

A presente demanda encontra-se prevista no Plano de Contratação Anual (PCA) da SEPOL de 2025.

## **1.3. Convênio Federal**

Visando buscar a melhor estratégia para atendimento à demanda identificada, foi firmado o convênio nº Plataforma + Brasil Nº 947687/2023, celebrado junto à União, por intermédio do Ministério

#### 1.4. Objetivo da contratação

A aquisição dos instrumentos de FTIR portátil visa a modernização do parque tecnológico do Serviço de Perícias de Merceologia e Jogos do Instituto de Criminalística Carlos Éboli – SPMJ/ICCE-DGPTC. Para atender às necessidades da Secretaria de Estado de Polícia Civil do Rio de Janeiro, que permitam garantir a mínima eficiência, eficácia e produtividade necessárias ao atendimento da demanda do setor, a aquisição deve ser orientada para os resultados abaixo:

- a) Atender às demandas das UPAs/RJ por exames forenses em bens de consumo de luxo;
- b) Aumentar progressivamente o atendimento às demandas das UPAs/RJ por exames forenses em bens de consumo de luxo, até o SPMJ ser capaz de atender plenamente à demanda de todas as UPAs do Estado;
- c) Aprimorar as investigações dos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro, danosidade social de alto vulto orquestrados pelo crime organizado e por facções criminosas, e outros associados ao tráfico de drogas, danos ao patrimônio e improbidade;
- d) Evitar a paralisação dos exames de Merceologia Forense, ofertados atualmente pela SEPOL e consequente prestação de serviços à sociedade;
- e) Promover – a partir de instrumentos de ordem portáteis – maior agilidade na elaboração dos exames, com redução do tempo gasto para a entrega de laudos periciais aos órgãos requisitantes;
- f) Viabilizar o uso de novas técnicas que podem propiciar um maior número de exames com resultados positivos.

### 2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

#### 2.1. Definição do Objeto

Aquisição de equipamento portátil de espectroscopia no infravermelho por transformada de Fourier (FTIR) para a identificação da composição química orgânica dos aglutinantes componentes das tintas de obras de arte.

#### 2.2. Identificação dos itens, quantidades e unidades

ITEM	CÓDIGOS	DESCRIÇÃO (SIGA)	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTITATIVO

1	<b>CÓDIGO ID SIGA</b> 6630.050.0003 ID 190611	ESPECTROMETRO PORTATIL, RESOLUCAO DETECTOR: < 185 EV, TEMPERATURA AMBIENTE: - 15 °C ~ 40 °C, TEMPO EDICAO: 3/60 SEG, POTENCIA: 30 - 490 MW, ACOMPANHA: SUPORTE PORTATIL, BATERIAS CARREGAVEIS, FONTE AC, COLDRE, MALETA, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	UN	01
	<b>CÓDIGO CADMAT</b> 483007	Espectrômetro Comprimento Onda: 178 A 780 NM Frequência Operação: 2.450 MHZ Potência: 1.000 W		

Considerando o Decreto Federal nº 10.024/2019 (em seus arts. 1º, §3º c/c 5º), por se tratar de licitação de ente federativo que utiliza recurso da União decorrente de transferência voluntária, será necessário que o certame ocorra através da modalidade pregão, na forma eletrônica, pelo Sistema de Compras do Governo Federal. Por força dessa determinação, faz-se necessário indicar o CATMAT de cada item.

Havendo divergência entre as especificações do SIGA/CATMAT e a descrição do objeto prevista no Termo de Referência, prevalecerá a descrição contida no item 2.3 do presente Termo de Referência.

### 2.3. Especificações Técnicas:

O equipamento deve atender aos seguintes requisitos técnicos mínimos e incluir os itens e acessórios descritos abaixo:

#### a. Características de hardware:

a.1 Banco óptico selado e dessecado, com espelhos revestidos em ouro e sistema de interferômetro com alinhamento permanente. O fornecedor deve oferecer garantia mínima de 10 anos nas partes móveis do interferômetro, incluindo partes e serviços.

a.2 Componentes óticos, como janelas e divisor de feixes, devem ser elaborados em Seleneto de Zinco (ZnSe) ou material alternativo não-higroscópico. Serão aceitas componentes óticos alternativos somente se a oferta contemplar garantia mínima de 10 anos contra defeitos ou danos por umidade nestes componentes, incluindo partes e serviços.

a.3 Laser de estado sólido de alta durabilidade. O fornecedor deve oferecer garantia mínima de 10 anos contra defeitos ou desgaste por uso, incluindo partes e serviços.

a.4 Fonte de infravermelho em Carbetto de Silício (SiC) ou outro material cerâmico de igual desempenho (não é aceitável o uso de lâmpada halógena/tungstênio). A fonte conter suporte pré- alinhado que permita a reposição pelo próprio usuário. Deve incluir mais uma fonte de infravermelho adicional. Deve ter garantia mínima de 5 anos contra defeitos ou desgaste por uso, incluindo partes e serviços.

a.5 Detector com elemento em Sulfato de Triglicina Deuterada (DTGS ou DLaTGS) com temperatura estabilizada e conversor analógico/digital integrado de baixo ruído eletrônico.

a.6 Interface de amostragem por Refletância Total Atenuada (ATR) com cristal de ATR em diamante monolítico, equipado com sistema de aquecimento até 100 graus Celsius ou melhor e controlado

via software do sistema. Superfície de amostragem compatível com amostras sólidas, semi sólidas ou líquidas, incluindo adaptador para análise de solventes voláteis. O fornecedor deve oferecer garantia mínima de 10 anos contra defeitos ou desgaste, incluindo partes e serviços.

a.7 Interface de amostragem por reflectância externa com câmera de vídeo acoplada que permita identificação da posição exata da medida.

b. Especificações mínimas de desempenho:

b.1. Resolução espectral ajustável a partir de 2 cm<sup>-1</sup> ou melhor.

b.2. Faixa espectral de 400 a 6000 cm<sup>-1</sup> ou mais ampla.

b.3. Razão sinal/ruído em feixe aberto igual ou melhor que 40.000:1 medido pico a pico à resolução de 4 cm<sup>-1</sup> em 1 minuto de medição.

b.4. Exatidão de número de onda igual ou melhor que 0,05 cm<sup>-1</sup> a 2.000 cm<sup>-1</sup>.

b.5. Precisão de número de onda igual ou melhor que 0,001 cm<sup>-1</sup> a 2.000 cm<sup>-1</sup>, equivalente ao desvio padrão em 10 (dez) medições consecutivas.

b.6. Interface com computador: USB e LAN (permite manutenção por acesso remoto)

b.7. Tensão: Bivolt automático, Frequência: 60Hz, Baixo consumo: < 50 W.

c. Banco de Dados Espectrais (Bibliotecas):

c.1. Bibliotecas Espectrais Comerciais para uso geral, somando pelo menos 10.000 espectros adquiridos por ATR e/ou transmitância, que contemplem substâncias de interesse forense tais como: tintas, fármacos, polímeros, substâncias químicas e de interesse forense, pesticidas da classe dos Carbamatos (inclusive Aldicarb e Carbofuranos).

c.2. Bibliotecas Espectrais Comerciais para identificação de drogas, novos psicoativos sintéticos e substâncias ilícitas, somando no mínimo 2.000 espectros adquiridos por ATR e/ou transmitância, que contemple as seguintes classes de substâncias: Cocaína HCL, base e derivados, Canabinóides clássicos de origem natural ( $\Delta^9$ -THC e derivados), Canabinóides sintéticos (agonistas de receptores CB1 e CB2), Ecstasy (MDMA), Piperazinas, Aminoidanos, Triptaminas, Feniletilaminas e derivados N-metoxibenzil (N-BOMe).

c.3. Plena compatibilidade com a Biblioteca Espectral Pública (gratuita) disponibilizada por SWGDRUG - Scientific Working Group for the Analysis of Seized Drugs e RESPONSE, permitindo seu uso para busca e análise de misturas complexas.

d. Software, Sistema de Dados e Acessórios:

O espectrômetro deve ser acompanhado de:

d.1. Software de operação compatível com ambiente Microsoft Windows, acesso limitado por senha, histórico de operação rastreável e amplas possibilidades de manipulação de espectros como: subtração, multiplicação, conversão de absorbância/transmitância, normalização, correção de linha de base, conversão logarítmica, derivada, alisamento, correção de ATR, entre outras. Deve apresentar interface dedicada para análise forenses (preferencialmente no idioma Português) e possuir ferramenta com algoritmo avançado de busca em bibliotecas espectrais para análise multicomponente de misturas complexas.

d.2. Deve possuir uma interface dedicada à rotina forense (em português ou inglês) para melhor fluxo de trabalho e otimização do processo.

d.3. Sistema de dados portátil, tipo Notebook, com as seguintes configurações mínimas: processador de 2,4 GHz ou superior, memória RAM de 4 GB ou superior. tela led de 15 polegadas, leitor CD/DVD, modem/LAN, porta USB, mouse touchpad integrado e software operacional Windows 10 Ultimate ou versão superior compatível com o software do espectrômetro.

d.4. Tripé para o equipamento em alumínio e aço com mesa móvel que permita fácil mudança de altura e ajuste do ângulo entre as bases.

d.5. Deve possuir uma pequena estufa de laboratório para regeneração dos dessecantes;

d.6. Kit de dessecante com pelo menos mais 5 cartuchos/pacotes

#### **2.3.4. Informações Complementares**

a) A contratação inclui os seguintes serviços:

- a instalação do equipamento

- o treinamento executado por técnico habilitado pela fabricante, com no mínimo 06 (seis) horas de duração incluindo teoria e prática, para pelo menos 05 (cinco) participantes, com todos os custos de deslocamento e diárias inclusos.

b) Deverá apresentar software que possibilite exportação de dados na extensão (.csv), gabinete (suporte) portátil de bancada compacto para uso em campo e maleta para transporte, com configuração.

#### **2.4. Garantia, manutenção e assistência técnica**

a) O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

b) Os prazos de garantias técnicas específicas estendidas, notadamente quanto aos elementos ópticos, laser, fonte de infravermelho, detector e acessório de amostragem ATR, encontram-se discriminadas nos requisitos mínimos de desempenho e durabilidade definidos nas especificações técnicas do objeto, cuja descrição detalhada encontra-se devidamente elencada no item 2.3 deste Termo de Referência.

c) O equipamento deverá possuir suporte e assistência técnica nacional, sendo que a contratação abrangerá toda a mão-de-obra, peças, deslocamento/estadia da equipe técnica e quaisquer custos inerentes e necessários ao cumprimento do termo de garantia proposto, independentemente do número de ocorrências.

d) A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

e) A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

f) Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções

necessárias.

g) As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

h) Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada. Se precisar importar peças, esse prazo poderá ser dilatado para 60 (sessenta) dias.

i) O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

j) Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

k) A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **2.5. Definição da natureza do bem**

Os bens a serem adquiridos na presente contratação enquadram-se em bens comuns, nos termos do art. 6º, inc. XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, por possuir padrões de desempenho e características (gerais e específicas) usualmente encontradas no mercado.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

### **3.1. Forma de execução**

#### **3.1.1. Prazo e local de entrega**

a) A entrega do objeto se dará em remessa ÚNICA, no endereço descrito na Tabela abaixo:

<b>Órgão</b>	<b>Endereço</b>
Serviço de Perícias de Merceologia e Jogos (SPMJ) - Instituto de Criminalística Carlos Éboli	Rua Pedro I, 28, 2º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20060-050

b) Em função da alta prioridade, o recebimento do objeto se dará com o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias contados a partir do recebimento da Autorização de Compra ou de outro instrumento similar. O prazo poderá ser prorrogado por mais 60 dias, não excedendo ao total de 120 (cento e vinte) dias corridos.

c) A entrega deverá ser realizada mediante agendamento prévio com os fiscais do contrato.

### **3.2. Duração do contrato**

O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses.

### **3.3. Reajustamento de preços**

Na forma do que dispõe o artigo 25, parágrafo 7º da Lei nº 14.133/21 e os arts 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14/02/2001, após decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação do orçamento, poderá a Contratada fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo IPCA/IBGE, que deverá retratar a variação efetiva dos custos na consecução do objeto contratual.

### **3.4. Garantia financeira**

Fica dispensada a apresentação da garantia prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/21, tendo em vista tratar-se de aquisição de bens cujo pagamento será realizado somente após as respectivas entregas, diminuindo os riscos à Administração.

### **3.5. Critérios e práticas de sustentabilidade**

Visando promover a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, a empresa, sempre que cabível, deverá atentar-se para os seguintes aspectos: economia no consumo de água e energia; minimização da geração de resíduos e destinação final ambientalmente adequada dos que forem gerados; racionalização do uso de matérias-primas; adoção de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente.

### **3.6. Possibilidade de subcontratação**

Não será admitida a subcontratação.



### **3.7. Possibilidade de participação de Consórcio**

Não será admitida a participação de consórcio.

### **3.8. Possibilidade de participação de cooperativas**

Será admitida a participação de cooperativas.

### **3.9. Responsabilidades das partes**

#### **3.9.1. Responsabilidades da contratante**

- a) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) Fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente contrato;
- c) Exercer a fiscalização do contrato;
- d) Proporcionar todos os meios ao seu alcance para o recebimento dos produtos, no prazo e condições estabelecidas;
- e) Verificar a conformidade dos itens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- f) Comunicar ao fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- g) Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar as obrigações da CONTRATADA.

#### **3.9.2. Responsabilidades da contratada**

- a) Entregar os bens na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no cronograma de execução do contrato;
- b) Entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, estando incluídos no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;

c) Manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;

d) Comunicar aos fiscais do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;

f) Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE ou terceiros.

g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com a Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e o prazo mínimo de garantia indicado neste Termo.

## **4. REQUISITOS MÍNIMOS PARA EXECUÇÃO**

### **4.1. Habilitação Jurídica**

Para fins de comprovação de habilitação jurídica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br)

d) Sociedade Limitada Unipessoal - SLU: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório do administrador, sendo assim enquadrada a sociedade identificada como Empresas Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, na forma do art. 41, da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021.

e) Sociedade Empresária Estrangeira em funcionamento no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020 ou norma posterior que

regule a matéria.

f) Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

h) Sociedade Cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, demonstrando que a sua constituição e funcionamento observam as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764/1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009.

i) Quando cabível, os documentos apresentados devem estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **4.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

Para fins de comprovação de habilitação fiscal, social e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

b) Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

c) Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

d) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição.

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

g) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, eis que a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre tais requisitos.

h) Prova de regularidade com a Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, mediante a apresentação de:

h.1) Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda; e

h.2) Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, para fins de participação em licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado.

i) Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, com a apresentação de:

i.1) Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, perante o Fisco estadual, pertinente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, bem como de Certidão perante a Dívida Ativa estadual, podendo ser apresentada Certidão Conjunta em que constem ambas as informações.

j) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

k) Na hipótese de cuidar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2016, a documentação somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, caso se sagre vencedora no certame.

l) Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais e trabalhistas, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, na forma do art. 42, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2016.

m) O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, a critério exclusivo da Administração Pública.

n) A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, na forma do § 2º, do art. 42, da Lei Complementar nº 123/2016, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Aviso.

### 4.3. Cooperativas

Em relação às cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

a) Demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados.

b) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º, da Lei nº 5.764/1971.

c) Demonstrativo de que qualquer cooperado, com igual qualificação, é capaz de executar o objeto contratado.

d) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.

e) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço.

f) O registro previsto na Lei nº 5.764/1971, art. 107.

g) A comprovação de integralização das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato.

h) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/1971 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

i) Não será admitida participação de cooperativas de trabalho:

i.1) fornecedoras de mão de obra, ou que realizam intermediação de mão de obra subordinada, mas apenas as prestadoras de serviços por intermédio dos próprios cooperados; ou

i.2) cujos atos constitutivos não definam com precisão a natureza dos serviços que se propõem a prestar.

j) Presumir-se-á intermediação de mão de obra subordinada a relação contratual estabelecida entre a empresa contratante e as Cooperativas de Trabalho que não observar o disposto nos dispositivos acima e na legislação em vigor.

k) A constituição ou utilização de Cooperativa de Trabalho para fraudar deliberadamente a legislação trabalhista, previdenciária e o disposto nesta Lei acarretará aos responsáveis as sanções cíveis e

administrativas cabíveis.

#### **4.4. Qualificação Técnica**

Para fins de comprovação de qualificação técnica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Comprovação de aptidão para a execução da contratação, de acordo com as características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, na seguinte forma:

a.1) Comprovação da experiência mínima de 30% (trinta por cento) no fornecimento do objeto.

a.2) Os atestados deverão referir-se a aquisições realizadas no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

a.3) Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de fornecimento de forma concomitante, resultando na comprovação de capacidade técnico-operacional de uma única contratação.

a.4) Em caso de dúvida fundada suscitada pelo pregoeiro, a Administração poderá solicitar ao licitante, em diligência complementar, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram executados os objetos.

#### **4.5. Qualificação Econômico-Financeira**

Com o intuito de avaliar a saúde financeira da empresa, para fins de comprovação de qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados:

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de pessoa jurídica, ou certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples.

b) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial.

c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

c.1) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício social no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

c.2) Os fornecedores criados no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficam autorizados a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

c.2.1) Poderá ser apresentado o balanço intermediário, caso autorizado por lei ou pelo contrato/estatuto social.

c.3) Caso o fornecedor seja cooperativa, o balanço e as demais demonstrações contábeis deverão ser acompanhados de cópia do parecer da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da lei nº 5.764 de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

c.4) Para fins de habilitação econômico-financeira de sociedade empresária em recuperação judicial deverão ser considerados os valores constantes no Plano de Recuperação Judicial, homologado pelo Juízo competente, para fins de apuração dos índices contábeis previstos no edital.

d) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção d índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

d.1) Caso seja apresentado resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverá ser comprovado capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

d.2) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

## 5. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

### 5.1. Procedimentos de gestão e fiscalização

a) A designação dos servidores para efeitos de fiscalização e gestão da contratação será realizada diretamente pela SEPOL, em ato próprio.

b) Quaisquer entendimentos, sempre respeitando o conteúdo do fornecimento, entre o responsável da SEPOL e o Preposto do Fornecedor serão feitos sempre por escrito, não sendo consideradas alegações com fundamento em ordens ou declarações verbais.

c) Deverá ser indicado formalmente pelo Fornecedor um Preposto, autorizado a tratar com a SEPOL a respeito de todos os aspectos que envolvam a execução do fornecimento.

d) O Fornecedor se obriga a cumprir fiel e integralmente as exigências que venham a ser feitas pelos servidores designados que terão plenos poderes para:

e) Recusar o objeto ou parte dele quando estiver em desacordo com as discriminações do objeto.

f) Propor as medidas que couberem a cada situação não prevista.

g) A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do Fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

## **5.2. Avaliação da qualidade e aceite do objeto / Recebimento provisório e definitivo**

a) O licitante deverá apresentar o objeto licitado com toda a identificação original em sua embalagem, na forma em que é elaborada pelo fabricante.

b) Todos os volumes em forma de caixas, embalagens ou outro meio deverão ser facilmente identificáveis pelo lado externo, de modo a facilitar a movimentação e a identificação dos estoques, informando a especificação e a quantidade dos materiais contidos dentro da embalagem.

c) O armazenamento e transporte até a entrega aos locais estabelecidos será de responsabilidade do Fornecedor e deverão ser conduzidos dentro das melhores práticas e técnicas, visando o atendimento às normas e legislações vigentes sobre armazenamento e transporte de bens, garantindo a integridade dos materiais transportados e das pessoas envolvidas.

d) As despesas com fretes até os locais das entregas serão de responsabilidade do Fornecedor, cabendo a este também os custos por danos ou acidentes que se acometerem aos materiais em momento prévio à entrega.

e) O carregamento e o descarregamento dos materiais deverão incluir equipamentos e mão de obra no destino e a cobertura de responsabilidade civil por parte do transportador de carga rodoviário.



f) Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 7 (sete) dias corridos, pelo(s) responsável(eis) pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

g) Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento provisório, para a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

h) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

i) Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

j) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes do incorreto cumprimento do objeto.

k) Os itens serão recusados inteiramente nas seguintes condições:

k.1) Caso sejam entregues em desconformidade com as especificações técnicas constantes deste Termo e da proposta vencedora;

k.2) Caso detectado que qualquer componente adquirido não seja novo;

k.3) Caso apresente defeitos ou vícios, em qualquer de suas partes ou componentes, durante os testes de conformidade e verificação.

### **5.3. Pagamento**

a) Os pagamentos serão realizados à vista, efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

b) No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pelo CONTRATADA.

c) O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de

adimplemento.

d) Considera-se adimplemento o cumprimento das obrigações do objeto, devidamente atestada pelos servidores designados para a fiscalização do contrato;

e) Para fins de pagamento, as notas fiscais/faturas deverão ser emitidas pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais contratuais, especialmente as de natureza fiscais, e encaminhadas a Divisão de Orçamento e Execução de Finanças / Serviço de Execução Financeira, através dos e-mails [pagamentosaf@pcivil.rj.gov.br](mailto:pagamentosaf@pcivil.rj.gov.br) e [sef.sepolrj@gmail.com](mailto:sef.sepolrj@gmail.com), para o efetivo pagamento, previamente atestada pelos fiscais da contratação;

## **6. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

Os recursos necessários à realização da aquisição correrão a conta de dotações orçamentárias a serem compromissadas pelo DOEF/DGAF/SEPOL em momento futuro, prévio à licitação.

## **7. SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **7.1. Âmbito da licitação**

Sabendo-se que o objeto a ser contratado é considerado comum no mercado nacional, sendo oferecido e comercializado por algumas empresas e fornecedores, a licitação será em âmbito nacional.

### **7.2. Forma e critérios de seleção do fornecedor**

#### **a) Modalidade da licitação**

O fornecedor será selecionado através de licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

#### **b) Critério de julgamento**

O critério de julgamento das propostas da presente licitação será de menor preço por item.

#### **c) Modo de Disputa**

Será o aberto, na forma do estabelecido no artigo 56, inciso I, da Lei 14.133/21.

### **7.3. Orçamento não sigiloso**

O orçamento da contratação será público, na forma do estabelecido no artigo 24, da Lei 14.133/21.

### **7.4. Forma de seleção e critério de julgamento das propostas**

a) O prazo de validade da proposta de preços será de 120 (cento e vinte) dias, por tratar-se de contratação financiada com convênio.

b) Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate elencados no art.60 da Lei nº 14.133/2021.

c) Deverão ser apresentados “folders”, catálogos e/ou folhetos técnicos dos produtos ofertados, onde conste, marca, modelo, especificações técnicas e a caracterização dos mesmos, possibilitando à área técnica a verificação de compatibilidade com a especificação deste Termo de Referência.

## **8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

a) Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições contratuais, serão aplicadas as sanções previstas na Lei n.º 14.133/21.

b) No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do contrato, será automaticamente devida multa compensatória no valor de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

c) A aplicação da multa não exclui as demais penalidades previstas na Lei 14.133/21.

## **9. DISPOSIÇÕES GERAIS**

a) As informações da contratação serão enviadas ao Serviço de Convênios - SECONV/ASPLAN, que será responsável por inserir as informações necessárias na Plataforma de Transferência de Recursos da União e receberá a autorização do órgão Concedente para realização da contratação do objeto pela SEPOL (e consequentemente iniciar o repasse do recurso financeiro do Convênio).

b) Após a formalização da contratação e publicação do extrato no Diário Oficial do Estado, a DCC/DGCC/SEPOL deverá notificar a SECONV/ASPLAN/SEPOL acerca dos atos, a fim de que o Serviço possa atualizar tais informações na Plataforma.

c) Integra este Termo, para todos os bens e efeitos, o seguinte modelo anexo:

Anexo A - Autorização de Compra

10. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Nome	Matrícula/ID Funcional	Lotação
Nilton Thaumaturgo Rocha Júnior Perito Criminal / Integrante Requisitante e Técnico	4.073.056-5	SPMJ-ICCE-DGPTC/SEPOL
Claudia Regina Ferreira de Souza/ Perita Criminal / Integrante Requisitante e Técnico	2.969.822-7	ICCE-DGPTC/SEPOL
Claudiane Costa Canuto Perita Criminal / Integrante Requisitante e Técnico	5.023.461-7	CEPF-SGPTC/SEP
Anna Carolina Teixeira Pinto Oficial de Cartório / Integrante Administrativo	5.083.391-0	DPC/DGCC

ANEXOS

ANEXO A  
AUTORIZAÇÃO DE COMPRA

Data Pedido:				
Contrato/Nota de Empenho nº:		Vigência Contratual:		
Objeto: Aquisição de equipamento portátil de espectroscopia no infravermelho por transformada de Fourier (FTIR) para a identificação da composição química orgânica dos aglutinantes componentes das tintas de obras de arte				
Dados da Contratada				
Razão Social:			CNPJ:	
Endereço:				
E-mail:			Telefone:	
Item	ID	Descrição Item	Marca/Modelo	Quantidade
Serve o presente documento para autorizar a compra e fornecimento dos itens, iniciando-se, assim, o prazo para entrega.				
Fiscal da contratação				
Empresa contratada				



Documento assinado eletronicamente por **Nilton Thaumaturgo Rocha Júnior, Perito Criminal**, em 15/12/2025, às 11:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Regina Ferreira de Souza, Perita Criminal**, em 15/12/2025, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anna Carolina Teixeira Pinto, Oficial de Polícia Civil**, em 15/12/2025, às 13:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **120845178** e o código CRC **5E8DF12D**.

Referência: Processo nº SEI-360018/000166/2025

SEI nº 120845178

Rua da Relação, nº 42 - 12º andar - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20231-014  
Telefone: - <https://www.policiacivil.rj.gov.br>